

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios plataforma e navios operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África.

Requerimento de Convocação

Nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579 de 1952 e do art. 36, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se a oitiva do Sr. Guilherme Esteves, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias relacionadas à investigação das práticas de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS).

JUSTIFICAÇÃO

As denúncias oriundas da Operação Lava-Jato são da maior gravidade e expõe a corrupção como problema estrutural do Brasil. Segundo denúncia do Ministério Público, um consórcio criminoso de empreiteiras – as maiores do Brasil – era favorecido em contratos com a Petrobrás por diretores corruptos da estatal. Em troca, o consórcio pagava propina a “operadores” indicados por partidos da base do governo com o objetivo de financiar campanhas eleitorais.

Por isso, a CPI da Petrobrás pode ser um importante momento de reflexão sobre a dinâmica dos contratos públicos, a corrupção, o loteamento dos espaços estatais e o financiamento empresarial de campanhas eleitorais.

O Sr. Guilherme Esteves foi preso na última quinta-feira e é apontado como operador do esquema que distribuía propinas a dirigentes da Petrobras e políticos em troca de contratos da petroleira estatal. O operador foi preso depois que a Polícia Federal constatou que ele, com ajuda da mulher, ocultou provas.

Segundo o Ministério Público Federal, Guilherme Esteves teria atuado como operador financeiro para o pagamento de propinas ao ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, preso no início de março, e ao ex-gerente de Serviços e braço direito de Duque, Pedro Barusco, que fechou acordo de delação premiada e admitiu o recebimento de propinas na estatal petrolífera. Os investigadores da Operação Lava-Jato suspeitam que o operador Guilherme Esteves de Jesus intermediou os pagamentos do Estaleiro Jurong para a construção de seis sondas de exploração do pré-sal feitos entre a Petrobras e a empresa Sete Brasil.

Ante o exposto, entende-se necessária a convocação do Sr. Guilherme Esteves para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 30 de março de 2015

**Deputado Federal Ivan Valente
PSOL/SP**